



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	2. JAN. 1980	CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

**AGUARDA DECISÃO POLÍTICA**

**FUSÃO DOS CTT E TLP  
AINDA PARA ESTE MÊS?**

O reconhecimento da conveniência da fusão dos CTT com os TLP já vem de longe. O processo foi dinamizado por despacho do ministro dos Transportes e Comunicações do I Governo Constitucional, Rui Vilar, definindo os princípios de orientação a serem seguidos pelo Conselho de Administração comum às duas empresas. O processo evoluiu a 7 de Junho do ano findo, quando o presidente do CG dos CTT e dos TLP criou um grupo de trabalho para estudo dos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, financeiros e de pessoal, condicionantes da fusão das duas empresas.

Coube ao V Governo criar condições englobando todos os parâmetros conducentes à fusão, com a elaboração de um projecto de decreto-lei preambular que só não foi a Conselho de Ministros por abso-

luta falta de tempo, segundo é evidente, dos Transportes e Comunicações. Para o efeito, o V Governo accionou todo o processo, contactou o Conselho de Gerência e solicitou a posição das estruturas representativas dos trabalhadores, neste caso a ORT (Organização Representativa dos Trabalhadores). O parecer desta chegou-lhe em 21 de Dezembro último, quando o Governo já não reunia em plenário.

Entre as posições dos representantes dos trabalhadores e o Conselho de Gerência não há sintonia total, designadamente no tocante aos actuais regimes jurídicos das duas empresas e à previdência social, que os trabalhadores dos TLP defendem ciosamente,

face à experiência adquirida de que os serviços Médico-Sociais não funcionam nas melhores condições.

Neste momento, a situação é clara: trata-se de tomar uma decisão política que o Governo anterior não pôde ou não viu conveniência em assumir. Mantém-se, entretanto, a intenção de oficializar a fusão das duas empresas no mais curto prazo de tempo e, para o efeito, o processo está pronto. Há mesmo quem admita que a data inicialmente prevista — Janeiro deste ano — venha a ser respeitada. Isso, bem entendido, se o VI Governo decidir levar a questão a Conselho de Ministros numa das suas próximas sessões, como é geralmente admitido.